



## **RELATÓRIO Nº , DE 2010**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 143, de 2010 (Mensagem nº 262, de 24/5/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, cumulativamente à sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Austrália.*

**Relator: Senador ROMEU TUMA**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, cumulativamente à sua indicação para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Austrália.



A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações:

Nascido no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1952, filho de Rubem Duarte Corrêa Barbosa e Hylma Malcher Corrêa Barbosa, o Sr. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA graduou-se, pelo Instituto Rio Branco, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática, em 1974, e concluiu o Curso de Altos Estudos, em 1995, também do Instituto Rio Branco, com tese versando sobre a fronteira marítima entre a Colômbia e a Venezuela.

Tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário, em 1974, o diplomata ascendeu a Conselheiro em 1991, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Chefe da Divisão do Oriente Próximo I, em 1991; Coordenador-Geral de Ensino do Instituto Rio Branco, em 1999; Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça, em 2003; Chefe da Divisão da América Meridional II, em 2003; e Assessor Especial do Ministério das Minas e Energia, em 2005.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro em Bogotá, em 1993, e Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles, em 1996.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e Vanuatu e o Estado Independente de Papua Nova Guiné, observe-se a avaliação elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores, anexada à Mensagem presidencial, de onde retiramos as informações que consideramos mais relevantes.

Vanuatu foi administrada tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em, 1980 e tem uma população de



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Romeu Tuma**

aproximadamente 200 mil habitantes. Trata-se de um país diminuto com as dificuldades naturais de uma economia com desenvolvimento sustentável.

O Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. No ano passado Representante Permanente de Vanuatu junto à ONU visitaram o Brasil e conheceu, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), no Rio de Janeiro, o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ); a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON); a PETROBRÁS; o BNDES e a VALE, e, em São Paulo, a EMBRAER.

Vanuatu, no desenvolvimento da sua política externa, também mantêm relações diplomáticas com mais 74 países. Membros das suas Forças Armadas já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste; Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Desde 2003, o país registra expansão do PIB anual da ordem de 5,6% ao ano, exceto em 2009, no auge da crise econômica que registrou apenas 3,9%. O setor terciário, centrado no turismo, é responsável por 72% do PIB e o setor agrícola por 18% do PIB.

O país também é membro do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que lhe rende relacionamento especial com a União Européia, e tem interesse de fazer parte da OMC.

O Comércio bilateral ainda é muito pequeno. Apesar disso, há uma tendência de crescimento nas trocas comerciais. Até fevereiro do ano corrente o comércio bilateral já atingiu o montante de US\$ 36 mil, o que aponta para uma retomada do processo de intensificação das trocas entre os dois países, após a crise econômico-financeira de 2009.

O Estado Independente de Papua Nova Guiné é uma ilha que possui uma população de quase 6 milhões de habitantes e uma área de aproximadamente 463 km<sup>2</sup>. O Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989.



O instrumento de cooperação trilateral atualmente em discussão entre o Brasil e Austrália pode ser acionado, pós sua conclusão, para viabilizar a cooperação técnica com Papua Nova Guiné. É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, mormente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Brasil e Papua Nova Guiné integram o grupo “Tropical Rainforest Countries – Forest 11”, que tem procurado manter uma posição comum no tocante às discussões sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, mantendo inclusive o interesse de firmar parcerias com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O comércio entre o Brasil e Papua Nova Guiné resume-se na exportação de tratores e ferramentas. As exportações brasileiras aumentaram substancialmente de 2003 a 2006, com saldo favorável ao Brasil, passando de US\$ 785 mil para US\$ 18,4 milhões, sendo que as importações são irrisórias..

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial para o representante do Brasil junto à República de Vanuatu e junto ao Estado Independente de Papua Nova Guiné, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator